



## EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 003/2018

O Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, por intermédio de seu Pregoeiro, designado pelo Decreto Judiciário nº 253/2018, datado de 15/02/2018, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO DO TIPO MENOR PREÇO por item, destinada exclusivamente à participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**, sob a forma de fornecimento parcelado, tendo por finalidade o **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, conforme disposições fixadas neste edital e seu(s) anexo(s). Tal procedimento licitatório obedecerá, integralmente, à Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decretos Federais de nº 3.555/2000, 3.693/2000 e 5.450/2005, Decreto Estadual nº 7.468/2011 e, subsidiariamente, às normas da Lei Federal nº 8.666/1993 e Lei Estadual nº 17.928/2012, em atendimento ao processo administrativo de nº **201707000047571 e 201708000053784**.

### DATAS E HORÁRIOS

**Recebimento das propostas** : a partir das 08h00 do dia 14/03/2018

**Abertura das propostas** : a partir das 08h00 do dia 15/03/2018

**Início da disputa de preços** : às 14h00 do dia 15/03/2018

### OBJETO

1. A presente licitação tem por objeto a aquisição de materiais de pintura para manutenção e conservação das edificações deste Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, conforme especificado no Termo de Referência e demais anexo(s) deste Edital.

### FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS

2. e-mail: [rcpina@tjgo.jus.br](mailto:rcpina@tjgo.jus.br)

fax: (062) 3236 2428

fone: (062) 3236 2433

3. Quaisquer pedidos de esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de compreensão ou interpretação do edital e seus anexos, deverão ser formulados por escrito, ao Pregoeiro, preferencialmente via e-mail, em até 3 (três) dias úteis antecedentes à apresentação das propostas.

4. As consultas serão respondidas e publicadas no site do Tribunal de Justiça ([www.tjgo.jus.br](http://www.tjgo.jus.br)), na página da licitação, no link Relatório 2018.



## **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**5.** O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.

**6.** Os trabalhos serão conduzidos por servidor(a) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, nomeado(a) Pregoeiro(a), designado(a) pelo Decreto Judiciário nº 253/2018, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Sistema “licitações-e” constante da página eletrônica do Banco do Brasil S.A.

## **IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**

**7.** Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório através de petição de impugnação a ser encaminhada ao Pregoeiro, via e-mail, assinada e digitalizada, ou ao Protocolo Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

**8.** Não será admitida a impugnação do Edital via fax.

**9.** Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição de impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da petição via e-mail ou após o recebimento da petição pela Secretaria da Comissão Permanente de Licitação.

**10.** Acolhida a petição contra o ato convocatório, serão designadas novas datas para a realização do certame.

**11.** Não serão conhecidas impugnações apresentadas fora do prazo legal e/ou subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado para responder pela empresa interessada.

## **RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTA**

**12.** O interessado deverá observar as datas e os horários limites previstos para apresentação e abertura da(s) proposta(s), atentando também para a data e horário de início da disputa.

## **REFERÊNCIA DE TEMPO**

**13.** Todas as referências de tempo no Edital, no Aviso e durante a Sessão Pública, observarão obrigatoriamente o horário de Brasília-DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.



## CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

**14.** Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos.

**15.** Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

- a) não possuam, em seu objeto social, a faculdade para prestação/comercialização dos serviços/produtos objeto desta licitação;
- b) estejam cumprindo a penalidade de suspensão temporária com o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás ou por qualquer órgão da administração pública;
- c) sejam declarados inidôneos em qualquer esfera da Administração Pública;
- d) estejam sob falência, concordata, recuperação judicial, dissolução ou liquidação.

## CRENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES

**16.** Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S.A., sediadas no País.

**17.** Para fins da obtenção de senhas, conforme o item anterior, as pessoas jurídicas ou empresas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar demais atos e operações no sistema licitações-e.

**18.** Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar, junto ao Banco do Brasil, cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

**19.** A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco, devidamente justificado.

**20.** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Banco do Brasil S.A. a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**21.** O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema



eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

## **PARTICIPAÇÃO**

**22.** A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.

**23.** A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site <http://www.licitacoes-e.com.br>, opção “**Acesso Identificado**”.

**24.** O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

## **REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME**

**25.** O certame será conduzido pelo Pregoeiro(a), que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação.

**26.** A partir do horário previsto no edital, terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas, passando o Pregoeiro(a) a avaliar a aceitabilidade das propostas.

**27.** Quando da apresentação da proposta, para análise e aceitabilidade do Pregoeiro, deverá ser informado, no campo de apresentação das propostas, única e exclusivamente a descrição resumida e o valor total anual dos serviços ofertados não sendo permitido anexar nenhum arquivo. O descumprimento implicará na desclassificação



da proposta e conseqüente impossibilidade de participação na fase de lances.

**28.** Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

**29.** Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

**30.** A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema, mesmo que não supere o lance de menor valor registrado pelas concorrentes.

**31.** Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes.

**32.** Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja considerado manifestamente inexequível.

**33.** A etapa de lances da sessão pública será dividida em duas fases sendo a primeira, conduzida e encerrada pelo Pregoeiro(a) mediante aviso de fechamento iminente dos lances, e a segunda, resultante do transcurso de tempo randômico, de até trinta minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**34.** Facultativamente, o Pregoeiro(a) poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequente transcurso do tempo randômico. Após o encerramento da fase de lances, antes de anunciar o vencedor, o Pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta, diretamente à proponente que tenha apresentado o lance de menor valor, buscando a obtenção de melhor oferta, bem como decidir sobre sua aceitação.

**35.** O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances, momento em que será informado, automaticamente, a condição de empate técnico, em função do benefício concedido pela Lei Complementar nº 123/2006, às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

**36.** Entende-se por empate, na modalidade pregão, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e/ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

**37.** O sistema informará também, quando for o caso, a proposta de menor preço após negociação e decisão pelo Pregoeiro(a) acerca da aceitação do lance de menor valor.



38. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

39. A proponente, primeira classificada, deverá apresentar obrigatoriamente, via e-mail - [rcpina@tjgo.jus.br](mailto:rcpina@tjgo.jus.br), no prazo máximo de 60 (sessenta) minutos após o fechamento da sala de disputa, a proposta de preços atualizada e a documentação para fins de análise e habilitação. **Todos os documentos deverão ser originais, assinados e encaminhados em extensão "pdf"**. Após o recebimento o Pregoeiro verificará o cumprimento das exigências contidas neste Edital.

40. Estando a documentação e a proposta de preços em conformidade com as exigências do Edital, a licitante será declarada vencedora do certame no sistema licitações-e.

41. Os documentos remetidos por meio eletrônico poderão ser solicitados, à qualquer momento, na forma original, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

42. Será desclassificada a empresa que descumprir o prazo estabelecido, sendo facultado ao Tribunal de Justiça convocar a(s) empresa(s) remanescente(s), obedecida a ordem de classificação.

43. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e, em sendo aceita a proposta, avaliará a habilitação do participante, situação essa que acontecerá sucessivamente, até a apuração de uma proposta aceitável e de documentação que atenda às exigências do Edital. Também nessa etapa o Pregoeiro(a) poderá negociar com o participante para que seja obtido preço melhor.

44. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, o objeto será adjudicado.

## CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

45. Para julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO, por item**, observadas as especificações contidas neste Edital.

46. Em obediência ao disposto no art. 40, X, da Lei nº 8.666/93, serão considerados, como preços máximos aceitáveis, os valores unitários e global orçados pela Administração.

47. Será desclassificada proposta manifestamente inexecutável, assim entendida a que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos

respectivos encargos.

**48.** No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**49.** A proposta atualizada deverá conter:

- a) nome ou razão social da proponente, número do CNPJ, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail);
- b) especificação dos serviços ofertados, de forma detalhada, contemplando todas as especificidades constantes do termo de referência, anexo deste edital;
- c) valores unitário e total da proposta;
- d) validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias e;
- e) data e assinatura da proponente.

## **DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA HABILITAÇÃO**

**50.** Para habilitação a licitante deverá apresentar documentação abaixo discriminada, colocada na ordem sequencial deste Edital.

### **50.1. documentação relativa à habilitação jurídica:**

- a) prova de constituição da empresa, apresentada da seguinte forma:
  - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
  - inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova da diretoria em exercício, no caso de sociedades civis;
  - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, se a atividade relativa ao objeto desta licitação assim o exigir;
- b) comprovação da condição de MICROEMPRESAS e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE através de “Declaração de Enquadramento” devidamente certificada pela Junta Comercial competente ou certidão que comprove tal condição, emitida pela Junta Comercial, em período não superior a 90 (noventa) dias anteriores à data de apresentação das propostas.
  - b.1)** no que tange à declaração de enquadramento ou certidão de comprovação da qualidade de microempresa ou empresa de pequeno porte não será aceita outra documentação senão aquela emitida e/ou certificada (deferida) pela Junta Comercial competente, consoante determinação do art. 8º da Instrução Normativa nº 103, de 22/05/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC).



## **50.2. documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista:**

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), expedida pela Caixa Econômica Federal;
- c) prova de regularidade para com a Fazenda Pública Federal do domicílio ou sede da empresa interessada mediante Certidão de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União bem como as Contribuições Sociais;
- d) prova de regularidade para com a Fazenda Pública Estadual do domicílio ou sede da empresa interessada, expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado ou Distrito Federal;
- e) prova de regularidade para com a Fazenda Pública do Estado de Goiás, expedida pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás;
- f) prova de regularidade para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede da empresa interessada, expedida pela Prefeitura Municipal, quando couber;
- g) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida pela Justiça do Trabalho;

**50.2.1.** Para as licitantes com sede em Estados Federativos em que a comprovação da regularidade junto à Fazenda Pública Municipal se dê através de duas certidões, uma relativa a tributos mobiliários e outra a tributos imobiliários, somente será exigida, para a habilitação neste certame, a primeira.

## **50.3. documentação relativa à qualificação técnica:**

- a) comprovação da capacitação técnico-operacional da empresa através de um ou mais atestados, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, atuante no mercado nacional, comprovando o fornecimento, de forma satisfatória, de produtos com características semelhantes às do objeto licitado.

## **50.4. documentação relativa à qualificação econômico-financeira:**

- a) certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da empresa, emitida num período máximo de 30 (trinta) dias anteriores à data de realização do certame;
- b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

**50.4.1.** Serão considerados aceitos o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) publicados em Diário Oficial;





- b) publicados em jornal;
- c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;
- d) por cópia ou fotocópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento.

**50.4.2.** As empresas constituídas no presente exercício civil, deverão apresentar o balanço de abertura ou o último balanço patrimonial levantado.

#### **50.5. declarações:**

- a) declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fato superveniente que possa impedir a sua habilitação neste certame;
- b) declaração de cumprimento pleno dos requisitos de habilitação;
- c) declaração de fiel observância do disposto no artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal, nos termos da Lei Federal nº 9.854/99, art. 1º, na forma seguinte:

**“Declaramos para fins de licitação junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e sob as penas da lei, não ter em nosso quadro de empregados qualquer trabalhador menor de 16 (dezesesseis) anos de idade, exceto maiores de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz. Declaramos ainda que nenhum trabalhador menor de 18 (dezoito) anos exerce trabalho noturno, perigoso ou insalubre em nossa empresa.”**

d) Declaração da proponente, de não possuir vínculo com o Poder Judiciário, nos termos do art. 3º da Resolução nº 07, alterada pela Resolução nº 09, de 06 de dezembro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, na forma seguinte:

**“Declaramos para fins de licitação junto ao Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e sob as penas da lei, ter conhecimento da vedação da manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a esse Tribunal.”**

**51.** Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos requeridos no presente Edital e seu(s) Anexo(s).

**52.** Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seu(s) Anexo(s), o Pregoeiro considerará a proponente inabilitada.

**53.** Os documentos de regularidade fiscal e trabalhista terão seus prazos de validade adstritos aos estabelecidos pelos respectivos órgãos expedidores. Caso não apresentem prazo de validade, somente serão aceitos se expedidos num período máximo de 60 (sessenta) dias antecedentes à apresentação das propostas com exceção do CNPJ que não tem validade estabelecida.



**54.** Havendo qualquer restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação em virtude do benefício concedido pela Lei Complementar Estadual nº 117/2015, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, podendo esse prazo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração.

**55.** A não regularização da documentação no prazo previsto implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato.

**56.** A prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) não será considerada como documento concernente à regularidade fiscal para fins do item anterior.

**57.** A licitante que apresentar, junto aos documentos de habilitação, o Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, em período não superior a 30 (trinta) dias anteriores à apresentação da proposta no sistema “licitações e”, ficará isenta da apresentação da documentação relativa à regularidade jurídica e fiscal.

**58.** O Certificado de Registro Cadastral (CRC), somente será emitido mediante o atendimento pleno de todos os documentos exigidos para o cadastro. Não serão emitidos certificados com pendências.

**59.** Uma vez apresentado o Certificado de Registro Cadastral emitido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, o Pregoeiro determinará, à Comissão de Registros Cadastrais, a conferência da validade de toda a documentação considerada isenta. Havendo qualquer documento com validade vencida e não tendo a licitante encaminhado outro válido, junto à documentação, tal situação implicará na desclassificação do licitante bem como na aplicação das sanções legais, salvo se a licitante for microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), às quais é permitida a regularização e apresentação de novos documentos de regularidade fiscal, em virtude do benefício concedido pela Lei Complementar Estadual nº 117/2015.

**60.** Não serão aceitos certificados de registro cadastral de outros órgãos públicos.

**61.** Não será aceito o certificado de registro cadastral extraído do SICAF, uma vez que as informações dos fornecedores ali contidas, tem validade exclusivamente, para os órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica ou fundacional, no âmbito do SISG (Sistema de Serviços Gerais), não se constituindo, em hipótese alguma, em documento comprobatório da regularidade de fornecedor junto a órgãos ou entidades não usuários do sistema.



## **DOS RECURSOS**

**62.** Não serão conhecidos recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

**63.** Após declarado o vencedor, o sistema abrirá opção para os proponentes recorrerem das decisões do Pregoeiro podendo fazê-lo por um período de 24 (vinte e quatro) horas, manifestando sua intenção com registro da síntese das suas razões, sendo-lhes facultado juntar memoriais no prazo de 3 (três) dias úteis, necessariamente via e-mail e em extensão "pdf" bem como em texto editável, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas, para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual número de dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente.

**64.** A falta de manifestação motivada da licitante quanto à intenção de recorrer, no prazo acima estabelecido, importará na decadência desse direito, ficando o Pregoeiro(a) autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

**65.** Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada de forma motivada a intenção de interpor o recurso pelo proponente.

**66.** Os recursos contra decisões do Pregoeiro terão efeito suspensivo nos termos do art. 109, § 2º da Lei nº 8.666/93.

**67.** O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**68.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, no 3º (terceiro) andar, do Anexo I do Tribunal de Justiça, à Rua 19, Q.A8, Lt. 06, Setor Oeste, em Goiânia-GO.

## **DA ADJUDICAÇÃO**

**69.** Constatado o atendimento das exigências fixadas no ato convocatório, a licitante será declarada vencedora sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

## **DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

**70.** Após a homologação deste certame licitatório, o adjudicatário será notificado para, em 5 (cinco) dias úteis, assinar, junto à Diretoria Geral, a Ata de Registro de Preços, quando será iniciado o prazo de 12 (doze) meses para as solicitações e consequente entrega dos produtos.

**71.** O prazo de 5 (cinco) dias úteis para assinatura da Ata de Registro de Preços

poderá ser prorrogado uma vez, a critério da Administração, em igual número de dias.

**72.** A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo Representante legal da empresa adjudicatária.

**73.** A recusa injustificada da vencedora em assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legais.

**74.** Para emissão das Notas de Empenho, para cada parcela solicitada dos produtos/serviços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pela adjudicatária durante a vigência do Contrato/Ata de Registro de Preços.

**75.** Caso o vencedor não faça a comprovação referida no item anterior ou, injustificadamente se recusar a receber a nota de empenho, a Administração poderá convocar outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos de habilitação e feita a negociação, receber a nota de empenho, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais.

**76.** A Ata de Registro de Preços destina-se a subsidiar o acompanhamento dos preços.

## **DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

**77.** As quantidades estimadas a serem contratadas estão descritas nos anexos do Edital.

**78.** As solicitações emitidas e enviadas pela Diretoria Administrativa e avaliadas pela Diretoria-Geral serão efetuadas ao longo de 12 (doze) meses, período de vigência da ata de Registro de Preços.

**79.** As condições previstas neste Edital e anexos integram as Notas de Empenho e a Ata de Registro de Preços, independente de suas transcrições.

**80.** A partir do recebimento da Nota de Empenho referente a cada parcela solicitada, iniciar-se-á o prazo para entrega dos produtos.

## **DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**81.** Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei n.º 8.666/1993.



**82.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecida, optar pela aceitação ou não do serviço/fornecimento, desde que não haja prejuízo das obrigações anteriormente assumidas.

## **DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

**83.** O fornecedor terá seu Registro de Preços cancelado quando:

- a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- b) não aceitar as respectivas Notas de Empenho e/ou Solicitações, sem as respectivas justificativas;
- c) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; e
- d) houver razões de interesse público.

**84.** Havendo interesse no cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**85.** O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do Registro de Preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução das condições assumidas, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

## **DO EMPENHO**

**86.** À licitante vencedora será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, improrrogáveis, para retirada da Nota de Empenho, após convocação promovida pela Divisão de Material, sob pena de decair o direito de fornecimento.

**87.** A empresa adjudicatária para aceitar e receber a Nota de Empenho poderá solicitar expressamente à Divisão de Material do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás o seu envio via fax ou e-mail.

**88.** A recusa injustificada da empresa adjudicatária em aceitar ou retirar a Nota de Empenho, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legais.

**89.** É facultado ao Tribunal de Justiça, quando o convocado não retirar a Nota de Empenho, no prazo e condições estabelecidos, convocar, respeitando a ordem de classificação, licitante remanescente para, estando o mesmo habilitado, efetuar o fornecimento, no prazo e condições por ele propostas.



## ENTREGA DOS PRODUTOS

**90.** As entregas serão processadas nos prazos, condições, quantidades e local estabelecidos nos anexos do edital.

## DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

**91.** A licitação de que trata o presente edital, poderá ser revogada ou anulada pela autoridade competente do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, nos termos do art. 49, da Lei 8.666/93.

## DO PAGAMENTO

**92.** O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal, mediante recibo, ao gestor do contrato, que providenciará o ateste e a formalização de procedimento administrativo.

**93.** Caso o pagamento ocorra após o prazo estabelecido, por responsabilidade exclusiva do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, sobre o mesmo incorrerá multa de mora com base no INPC do IBGE, *pro rata temporis*.

## DO INADIMPLEMENTO

**94.** Pela inexecução total ou parcial do contrato, a administração poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à contratada, segundo a extensão da falta cometida, as seguintes penalidades:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – suspensão de contratar com o Tribunal de Justiça;
- IV – impedimento de licitar e contratar com o Tribunal de Justiça;
- V – declaração de inidoneidade.

**95.** O Tribunal de Justiça, na quantificação da pena de multa, observará o seguinte:

I – 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no caso de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II – multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido;

III – multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor da parte do fornecimento e/ou do serviço não realizado, ou sobre a parte da etapa do cronograma



físico de obras não cumprida, por dia subsequente ao trigésimo.

**96.** Sem prejuízo das multas aplicadas, poderá a Administração, ao seu interesse, rescindir o contrato em caso de atraso superior ao sexagésimo dia sobre o fornecimento parcial ou integral do objeto ou etapa do cronograma físico da obra não cumprido, se for o caso.

**97.** As multas serão descontadas de qualquer crédito da empresa contratada. Na inexistência de créditos que respondam pelas multas, a contratada deverá recolhê-las nos prazos que o Tribunal de Justiça determinar ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**98.** A penalidade de multa, que poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, e a sua cobrança, não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

**99.** A suspensão de participação em licitação e o impedimento de contratar com a Administração serão graduados pelos seguintes prazos:

**I** – 6 (seis) meses, nos casos de:

**a)** aplicação de duas penas de advertência, no prazo de 12 (doze) meses, sem que o CONTRATADO tenha adotado as medidas corretivas no prazo determinado pela Administração;

**b)** alteração da quantidade ou qualidade da mercadoria/materiais fornecidos;

**II** – 12 (doze) meses, no caso de retardamento imotivado da execução do objeto, do serviço, de suas parcelas ou do fornecimento de bens.

**III** – 24 (vinte e quatro) meses, nos casos de:

**a)** entregar como verdadeira mercadoria falsificada, adulterada, deteriorada ou danificada;

**b)** paralisação de serviço ou do fornecimento de bens sem justa fundamentação e prévia comunicação à Administração;

**c)** praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos de licitação no âmbito da administração estadual;

**d)** sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo;

**e)** recusar a retirada da nota de empenho ou assinatura do contrato no prazo estabelecido, sem justa causa.

**100.** Ficará impedida de licitar e contratar com o Tribunal de Justiça, pelo prazo de 2 (dois) anos, garantido o devido processo legal, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, a empresa que:

**a)** deixar de entregar documentação ou apresentar documentação falsa;

**b)** fraudar a execução do contrato;

**c)** comportar-se de modo inidôneo;

**d)** cometer fraude fiscal; ou

**e)** fizer declaração falsa.



**101.** O contrato, sem prejuízo das multas e demais cominações legais previstas, poderá ser rescindido unilateralmente, por ato formal da Administração, nos casos enumerados no art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8.666/93.

### **DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**102.** Entregar os equipamentos em conformidade com o estabelecido no edital e anexo(s).

**103.** Comunicar à Divisão de Manutenção Predial do Interior, no prazo máximo de 05 (cinco) dias que antecedam o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilitem o seu cumprimento.

**104.** Assumir a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, fiscais, previdenciários e comerciais resultantes da adjudicação desta Licitação, consoante o disposto no art. 71 da Lei nº 8.666/93.

**105.** Aceitar, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/93, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da compra.

**106.** Cumprir com todas as obrigações constantes do Termo de Referência.

### **DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**107.** Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas ao processo de aquisição.

**108.** Efetuar, após apresentação da Nota Fiscal, o recebimento e aceite dos produtos.

**109.** Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos que a empresa contratada fornecer fora das especificações do edital e anexo(s).

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**110.** É facultado ao Pregoeiro(a), em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

**111.** Fica assegurado ao Tribunal de Justiça o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.





**112.** As proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas não sendo o Tribunal de Justiça, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório e de eventual cancelamento ou anulação do certame ou de parte de seu objeto.

**113.** As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

**114.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecidos, desde que não haja comunicação do Pregoeiro(a) em contrário.

**115.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Tribunal de Justiça.

**116.** As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.

**117.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito ao fornecimento do objeto licitado.

**118.** A ata referente à sessão pública deste certame, além da publicação de seu extrato no Diário de Justiça Eletrônico, bem como os atos e os procedimentos relativos aos recursos interpostos e as respostas a eventuais pedidos de esclarecimento serão divulgados, para conhecimento público, na internet, no site <http://www.tjgo.jus.br> na página Licitação/Relatório 2018.

**119.** Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei nº 10.520/02, Lei Estadual nº 17.928/2012, Decreto Estadual nº 7.468/2011 e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/1993, e à legislação comum, que se aplicará, inclusive, aos casos omissos.

**120.** As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal, sendo as demais, formuladas por escrito até 03 (três) dias consecutivos antes da realização do certame.

**121.** O foro para dirimir questões relativas ao presente edital será o desta Capital, com exclusão de qualquer outro.

Para conhecimento dos interessados, lavrou-se o presente edital, que será afixado no quadro da Secretaria da Comissão Permanente de Licitação, localizado no térreo do edifício do Palácio da Justiça, à Avenida Assis Chateaubriand, nº 195, Setor Oeste, em Goiânia-GO e publicado na internet, no endereço [www.tjgo.jus.br](http://www.tjgo.jus.br), estando a Secretaria à



tribunal  
de justiça  
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO  
Diretoria-Geral  
Comissão Permanente de Licitação

disposição dos interessados para mais informações, no horário de 08h00 às 18h00, através dos telefones (062) 3236-2433 e 3236-2435 ou pelo e-mail [licitacao@tjgo.jus.br](mailto:licitacao@tjgo.jus.br).

Goiânia, 27 de fevereiro de 2018.

Rogério Castro de Pina  
Pregoeiro



## ANEXO I

### EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 003/2018 – PREGÃO ELETRÔNICO

#### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pelo presente instrumento, o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS, situado na Av. Assis Chateaubriand nº195, Setor Oeste, cidade de Goiânia-GO, inscrito no CNPJ sob o nº 02.050.330/0001-17, neste ato representado por sua Diretora Geral Aparecida Auxiliadora Magalhães Santos, brasileira, servidora pública, residente e domiciliada em Aparecida de Goiânia/GO, considerando o julgamento da licitação Nº 003/2018, na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica, do tipo MENOR PREÇO por item, destinada exclusivamente à participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, sob a forma de fornecimento parcelado, tendo por finalidade o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, e o Despacho Homologatório nº \_\_\_\_/2018, fls. \_\_\_\_, dos autos de nº 201707000047571, resolve registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação alcançada, atendendo às exigências e condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sob sujeição às normas da Lei Federal nº 10.520/2002 e em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/1993 com suas alterações e com a Lei Estadual nº 17.928/2012.

#### Dados do Órgão Gerenciador, objeto registrado e dados do Prestador de Serviços Registrado.

Contratante : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS  
CNPJ : 02.050.330/0001-17  
Endereço : Av. Assis Chateaubriand nº195, Setor Oeste, Goiânia-GO  
CEP : 74.130-010  
Telefone : (62) 3216 2140, 3216 2268, 3216 2233 e 3216 2295

#### Resultado da Sessão Pública

ITEM nº:  
Descrição:  
Quantidade:  
Unidade de fornecimento:  
Valor unitário estimado:  
Fornecedor Registrado:  
Valor unitário:  
Situação:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de materiais de pintura para manutenção e conservação das edificações do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, conforme especificado no Termo de Referência constante do Edital Nº 003/2018 e terá vigência de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Este instrumento não obriga o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer, ainda, licitações específicas para aquisição do mesmo objeto obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do Registro de Preço, a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – O fornecimento obedecerá ao estipulado nesta ata, ao estabelecido no edital e anexos, bem como às obrigações assumidas na proposta firmada pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

**CLÁUSULA QUARTA** – A vigência da presente Ata será de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

**CLÁUSULA QUINTA** – Poderá aderir a esta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892/2013, na Lei nº 8.666/1993 e na Lei Estadual nº17.928/2012.

**Parágrafo Único** – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecida, optar pela adesão ou não, desde que não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**CLÁUSULA SEXTA** – O gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços caberá à Diretoria Administrativa, no seu aspecto operacional.

**Parágrafo Único** – A autorização para adesão a esta Ata de Registro de Preços caberá à Diretoria-Geral do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.

**CLÁUSULA SÉTIMA** – Os produtos deverão ser entregues à Divisão de Material.

**Parágrafo Único** – Os produtos deverão ser entregues em conformidade com as solicitações da Divisão de Material, nos prazos estipulados nos anexos do edital, contados do recebimento da(s) Nota(s) de Empenho.

**CLÁUSULA OITAVA** – Havendo a recusa, por parte do fornecedor, com preço registrado em primeiro lugar, em receber a Nota de Empenho, o ÓRGÃO GERENCIADOR fica autorizado a convocar os demais fornecedores, classificados para este Registro, respeitadas as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

**CLÁUSULA NONA – O ÓRGÃO GERENCIADOR se obriga a:**

**a)** solicitar as parcelas dos produtos/serviços com preços registrados, através de Nota de Empenho, com antecedência de no mínimo 10 (dez) dias antes do início da entrega/execução dos produtos/serviços.

**b)** assegurar os recursos necessários para o pagamento das parcelas solicitadas durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços;

**c)** promover, através da Divisão de Manutenção Predial do Interior, o recebimento, em conformidade com os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte do FORNECEDOR REGISTRADO;

**d)** efetuar o pagamento ao FORNECEDOR REGISTRADO, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas no Edital;

**e)** comunicar ao FORNECEDOR REGISTRADO a necessidade de substituir/reparar os produtos/serviços que porventura apresentarem defeitos.

**CLÁUSULA DÉCIMA – Constituem obrigações do FORNECEDOR REGISTRADO:**

**a)** não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da presente ata de registro de preços;

**b)** atender, com pontualidade e presteza, as chamadas do ÓRGÃO GERENCIADOR, nos termos estabelecidos no edital e seus anexos bem como na proposta vencedora;

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O registro do fornecedor será cancelado quando:**

1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

**§1º** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 1, 2 e 4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**§2º** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

1. Por razão de interesse público; ou

2. A pedido do fornecedor.

**§3º** Ocorrendo o cancelamento de preço registrado, o fornecedor será informado



por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

**§4º** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário da Justiça Eletrônico, por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

**§5º** A solicitação do Fornecedor para cancelamento do preço registrado poderá não ser aceita pela Administração, facultando-a, neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

**§6º** Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento do Item.

E, por estarem justas e combinadas, as partes assinam o presente instrumento, em \_\_\_ vias, de igual teor e forma, perante testemunhas abaixo.

**PALÁCIO DA JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS**, em Goiânia, aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de 2018.

---

Aparecida Auxiliadora Magalhães Santos  
Diretora Geral do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Fornecedor(es) registrado(s): \_\_\_\_\_

Testemunhas: \_\_\_\_\_

---



ANEXO II  
EDITAL Nº 003/2018 PREGÃO ELETRÔNICO  
PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS

Item	Quant	Unidade	Especificação	Valor Unitário	Valor Total
1	15	LT	AGUARRÁS PARA DILUIÇÃO DE ESMALTES SINTÉTICOS. (LATA DE 5L)	R\$ 55,00	R\$ 825,00
2	5	UN	CABO EXTENSOR METÁLICO PARA PINTURA COM CAPACIDADE DE EXTENSÃO DE 3M OU SUPERIOR	R\$ 32,55	R\$ 162,75
3	20	UN	CABO PARA ROLO DE PINTURA 23CM, SUPORTE EM AÇO GALVANIZADO E CABO DE PLÁSTICO ANATÔMICO	R\$ 6,47	R\$ 129,40
4	2	UN	COMPRESSOR DE AR DIRETO 40 PSI / 2,3 PCM, 250W, MONOFÁSICO 220V 60HZ, REGIME DE TRABALHO CONTÍNUO	R\$ 428,88	R\$ 857,76
5	20	GAL	ESMALTE SINTÉTICO ACABAMENTO BRILHANTE COR AMARELA. RENDIMENTO MÍNIMO POR DEMÃO: 50M <sup>2</sup> (GALÃO DE 3,6L)	R\$ 57,10	R\$ 1.142,00
6	100	GAL	ESMALTE SINTÉTICO ACABAMENTO BRILHANTE COR CINZA MÉDIO. RENDIMENTO MÍNIMO POR DEMÃO: 50M <sup>2</sup> (GALÃO DE 3,6L)	R\$ 55,81	R\$ 5.581,00
7	20	GAL	ESMALTE SINTÉTICO ACABAMENTO BRILHANTE COR PRETA. RENDIMENTO MÍNIMO POR DEMÃO: 50M <sup>2</sup> (GALÃO DE 3,6L)	R\$ 56,60	R\$ 1.132,00
8	5	GAL	ESMALTE SINTÉTICO ACABAMENTO BRILHANTE COR VERMELHA. RENDIMENTO MÍNIMO POR DEMÃO: 50M <sup>2</sup> (GALÃO DE 3,6L)	R\$ 57,47	R\$ 287,35
9	10	GAL	ESMALTE SINTÉTICO ACABAMENTO BRILHANTE COR BRANCO NEVE. RENDIMENTO MÍNIMO POR DEMÃO: 50M <sup>2</sup> (GALÃO DE 3,6L)	R\$ 58,12	R\$ 581,20
10	20	UN	ESPÁTULA DE PINTURA EM AÇO TEMPERADO 120MM COM CABO DE MADEIRA	R\$ 10,64	R\$ 212,80
11	100	TB	ESPUMA EXPANSIVA POLIURETANO (TUBO DE 280G OU 340G OU 360G)	R\$ 14,63	R\$ 1.463,00
12	100	UN	FITA AUTOADESIVA VEDA TRINCA 50MMX10M	R\$ 22,55	R\$ 2.255,00
13	100	UN	FITA CREPE 18MMX50M	R\$ 2,81	R\$ 281,00
14	5	RL	LONA PLÁSTICA PRETA 4MX100M (ROLO COM 30KG)	R\$ 278,33	R\$ 1.391,65

15	5	UN	MANGUEIRA DE AR ESPIRAL EM POLIAMIDA COM CONEXÃO NPT NAS DUAS EXTREMIDADES, ENCAIXE 1/4", COMPRIMENTO 15M	R\$ 36,67	R\$ 183,35
16	100	LT	MASSA CORRIDA ACABAMENTO FOSCO COR BRANCO GELO. RENDIMENTO MÍNIMO POR DEMÃO: 50M <sup>2</sup> (CAIXA DE 20KG)	R\$ 27,09	R\$ 2.709,00
17	5	UN	PISTOLA PROFISSIONAL PINTURA COM CANECA EM ALUMÍNIO 1 LITRO BICO 2.0MM ENCAIXE 1/4"	R\$ 148,55	R\$ 742,75
18	20	UN	ROLO DE PINTURA EM ESPUMA, 10CM	R\$ 2,80	R\$ 56,00
19	20	UN	ROLO DE PINTURA EM ESPUMA, 15CM	R\$ 6,09	R\$ 121,80
20	20	UN	ROLO DE PINTURA EM ESPUMA, 23CM	R\$ 8,04	R\$ 160,80
21	50	UN	ROLO DE PINTURA EM LÃ ANTI-RESPINGO, 23CM, SEM CABO	R\$ 7,41	R\$ 370,50
22	20	GAL	SELADORA PARA MADEIRA INCOLOR. RENDIMENTO MÍNIMO POR DEMÃO: 85M <sup>2</sup> (GALÃO DE 3,6L)	R\$ 52,90	R\$ 1.058,00
23	20	LT	TEXTURA BASE ACRÍLICA ACABAMENTO ALTO RELEVO COR BRANCO NEVE. RENDIMENTO MÍNIMO POR DEMÃO: 14M <sup>2</sup> (LATA DE 18L)	R\$ 71,64	R\$ 1.432,80
24	15	LT	THINNER 500 A BASE DE HIDROCARBONETOS AROMÁTICOS, ÁLCOOIS, ÉSTERES, CETONAS E ÉTERES DE GLICÓIS. (LATA DE 5L)	R\$ 54,76	R\$ 821,40
25	30	LT	TINTA A BASE DE RESINA ACRÍLICA PARA PISO CIMENTADO ACABAMENTO FOSCO COR CINZA. RENDIMENTO MÍNIMO POR DEMÃO: 200M <sup>2</sup> . (LATA DE 18L)	R\$ 162,05	R\$ 4.861,50
26	50	LT	TINTA ACRÍLICA COM ACABAMENTO LISO FOSCO COR BRANCO GELO. RENDIMENTO MÍNIMO POR DEMÃO: 250M <sup>2</sup> . (LATA DE 18L)	R\$ 133,16	R\$ 6.658,00
27	100	LT	TINTA ACRÍLICA COM ACABAMENTO LISO FOSCO COR BRANCO NEVE. RENDIMENTO MÍNIMO POR DEMÃO: 250M <sup>2</sup> . (LATA DE 18L)	R\$ 119,95	R\$ 11.995,00
28	100	LT	TINTA ACRÍLICA COM ACABAMENTO LISO FOSCO COR PALHA. RENDIMENTO MÍNIMO POR DEMÃO: 250M <sup>2</sup> . (LATA DE 18L)	R\$ 109,95	R\$ 10.995,00
29	10	LT	TINTA ACRÍLICA COM ACABAMENTO SEMIBRILHO COR BRANCO GELO. RENDIMENTO MÍNIMO POR DEMÃO: 225M <sup>2</sup> . (LATA DE 18L)	R\$ 224,98	R\$ 2.249,80
30	100	LT	TINTA ACRÍLICA COM ACABAMENTO SEMIBRILHO COR BRANCO NEVE. RENDIMENTO MÍNIMO POR DEMÃO: 225M <sup>2</sup> . (LATA DE 18L)	R\$ 224,98	R\$ 22.498,00
31	50	LT	TINTA ACRÍLICA COM ACABAMENTO SEMIBRILHO COR CHAMPAGNE. RENDIMENTO MÍNIMO POR DEMÃO: 225M <sup>2</sup> . (LATA DE 18L)	R\$ 222,47	R\$ 11.123,50
32	20	LT	TINTA ACRÍLICA COM ACABAMENTO SEMIBRILHO COR DUBAI. RENDIMENTO MÍNIMO POR DEMÃO: 225M <sup>2</sup> . (LATA DE 18L)	R\$ 222,47	R\$ 4.449,40



33	10	LT	TINTA ACRÍLICA COM ACABAMENTO SEMIBRILHO COR ERVA DOCE. RENDIMENTO MÍNIMO POR DEMÃO: 225M². (LATA DE 18L)	R\$ 222,47	R\$ 2.224,70	
34	100	LT	TINTA ACRÍLICA COM ACABAMENTO SEMIBRILHO COR PALHA. RENDIMENTO MÍNIMO POR DEMÃO: 225M². (LATA DE 18L)	R\$ 222,47	R\$ 22.247,00	
35	50	UN	TRINCHA PARA PINTURA COM LÁTEX E ACRÍLICO 2"	R\$ 5,72	R\$ 286,00	
36	50	UN	TRINCHA PARA PINTURA COM LÁTEX E ACRÍLICO 4"	R\$ 7,60	R\$ 380,00	
37	20	GAL	VERNIZ PARA MADEIRA COM ACABAMENTO BRILHANTE INCOLOR. (GALÃO DE 3,6L)	R\$ 69,67	R\$ 1.393,40	
38	3	GAL	TINTA ACRÍLICA PARA PISO COR AMARELA RENDIMENTO DE 250 M². (LATA DE 18L)	R\$ 151,92	R\$ 455,76	
39	3	GAL	TINTA ACRÍLICA PARA PISO COR BRANCA RENDIMENTO DE 250 M². (LATA DE 18L)	R\$ 151,92	R\$ 455,76	
<b>VALOR TOTAL</b>					<b>R\$ 126.231,13</b>	

Goiânia, 27 de fevereiro de 2018.

Rogério Castro de Pina  
Pregoeiro



tribunal  
de justiça  
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO  
Diretoria-Geral  
Comissão Permanente de Licitação

## **ANEXO III**

### **EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 003/2018 – PREGÃO ELETRÔNICO**

#### **TERMO DE REFERÊNCIA**

**TERMO DE REFERÊNCIA****1. OBJETO**

ITEM	QUANT.	UN	ESPECIFICAÇÃO
1	15	LT	AGUARRÁS PARA DILUIÇÃO DE ESMALTES SINTÉTICOS. (LATA DE 5L)
2	5	UN	CABO EXTENSOR METÁLICO PARA PINTURA COM CAPACIDADE DE EXTENSÃO DE 3M OU SUPERIOR
3	20	UN	CABO PARA ROLO DE PINTURA 23CM, SUPORTE EM AÇO GALVANIZADO E CABO DE PLÁSTICO ANATÔMICO
4	2	UN	COMPRESSOR DE AR DIRETO 40 PSI / 2,3 PCM, 250W, MONOFÁSICO 220V 60HZ, REGIME DE TRABALHO CONTÍNUO
5	20	GAL	ESMALTE SINTÉTICO ACABAMENTO BRILHANTE COR AMARELA. RENDIMENTOMÍNIMO POR DEMÃO: 50M² (GALÃO DE 3,6L)
6	100	GAL	ESMALTE SINTÉTICO ACABAMENTO BRILHANTE COR CINZA MÉDIO. RENDIMENTO MÍNIMO POR DEMÃO: 50M² (GALÃO DE 3,6L)
7	20	GAL	ESMALTE SINTÉTICO ACABAMENTO BRILHANTE COR PRETA. RENDIMENTO MÍNIMO POR DEMÃO: 50M² (GALÃO DE 3,6L)
8	5	GAL	ESMALTE SINTÉTICO ACABAMENTO BRILHANTE COR VERMELHA. RENDIMENTO MÍNIMO POR DEMÃO: 50M² (GALÃO DE 3,6L)
9	10	GAL	ESMALTE SINTÉTICO ACABAMENTO BRILHANTE COR BRANCO NEVE. RENDIMENTO MÍNIMO POR DEMÃO: 50M² (GALÃO DE 3,6L)
10	20	UN	ESPÁTULA DE PINTURA EM AÇO TEMPERADO 120MM COM CABO DE MADEIRA
11	100	TB	ESPUMA EXPANSIVA POLIURETANO (TUBO DE 280G OU 340G OU 360G)
12	100	UN	FITA AUTOADESIVA VEDA TRINCA 50MMX10M
13	100	UN	FITA CREPE 18MMX50M
14	5	RL	LONA PLÁSTICA PRETA 4MX100M (ROLO COM 30KG)
15	5	UN	MANGUEIRA DE AR ESPIRAL EM POLIAMIDA COM CONEXÃO NPT NAS DUAS EXTREMIDADES, ENCAIXE 1/4", COMPRIMENTO 15M
16	100	LT	MASSA CORRIDA ACABAMENTO FOSCO COR BRANCO GELO. RENDIMENTO MÍNIMO POR DEMÃO: 50M² (CAIXA DE 20KG)
17	5	UN	PISTOLA PROFISSIONAL PINTURA COM CANECA EM ALUMÍNIO 1 LITRO BICO 2.0MM ENCAIXE 1/4"
18	20	UN	ROLO DE PINTURA EM ESPUMA, 10CM
19	20	UN	ROLO DE PINTURA EM ESPUMA, 15CM
20	20	UN	ROLO DE PINTURA EM ESPUMA, 23CM
21	50	UN	ROLO DE PINTURA EM LÃ ANTI-RESPINGO, 23CM, SEM CABO
22	20	GAL	SELADORA PARA MADEIRA INCOLOR. RENDIMENTO MÍNIMO POR DEMÃO: 85M² (GALÃO DE 3,6L)



23	20	LT	TEXTURA BASE ACRÍLICA ACABAMENTO ALTO RELEVO COR BRANCO NEVE. RENDIMENTO MÍNIMO POR DEMÃO: 14M² (LATA DE 18L)
24	15	LT	THINNER 500 A BASE DE HIDROCARBONETOS AROMÁTICOS, ÁLCOOIS, ÉSTERES, CETONAS E ÉTERES DE GLICÓIS. (LATA DE 5L)
25	30	LT	TINTA A BASE DE RESINA ACRÍLICA PARA PISO CIMENTADO ACABAMENTO FOSCO COR CINZA. RENDIMENTO MÍNIMO POR DEMÃO: 200M². (LATA DE 18L)
26	50	LT	TINTA ACRÍLICA COM ACABAMENTO LISO FOSCO COR BRANCO GELO. RENDIMENTO MÍNIMO POR DEMÃO: 250M². (LATA DE 18L)
27	100	LT	TINTA ACRÍLICA COM ACABAMENTO LISO FOSCO COR BRANCO NEVE. RENDIMENTO MÍNIMO POR DEMÃO: 250M². (LATA DE 18L)
28	100	LT	TINTA ACRÍLICA COM ACABAMENTO LISO FOSCO COR PALHA. RENDIMENTO MÍNIMO POR DEMÃO: 250M². (LATA DE 18L)
29	10	LT	TINTA ACRÍLICA COM ACABAMENTO SEMIBRILHO COR BRANCO GELO. RENDIMENTO MÍNIMO POR DEMÃO: 225M². (LATA DE 18L)
30	100	LT	TINTA ACRÍLICA COM ACABAMENTO SEMIBRILHO COR BRANCO NEVE. RENDIMENTO MÍNIMO POR DEMÃO: 225M². (LATA DE 18L)
31	50	LT	TINTA ACRÍLICA COM ACABAMENTO SEMIBRILHO COR CHAMPAGNE. RENDIMENTO MÍNIMO POR DEMÃO: 225M². (LATA DE 18L)
32	20	LT	TINTA ACRÍLICA COM ACABAMENTO SEMIBRILHO COR DUBAI. RENDIMENTO MÍNIMO POR DEMÃO: 225M². (LATA DE 18L)
33	10	LT	TINTA ACRÍLICA COM ACABAMENTO SEMIBRILHO COR ERVA DOCE. RENDIMENTO MÍNIMO POR DEMÃO: 225M². (LATA DE 18L)
34	100	LT	TINTA ACRÍLICA COM ACABAMENTO SEMIBRILHO COR PALHA. RENDIMENTO MÍNIMO POR DEMÃO: 225M². (LATA DE 18L)
35	50	UN	TRINCHA PARA PINTURA COM LÁTEX E ACRÍLICO 2"
36	50	UN	TRINCHA PARA PINTURA COM LÁTEX E ACRÍLICO 4"
37	20	GAL	VERNIZ PARA MADEIRA COM ACABAMENTO BRILHANTE INCOLOR. (GALÃO DE 3,6L)
38	3	GAL	TINTA ACRÍLICA PARA PISO COR AMARELA RENDIMENTO DE 250 M². (LATA DE 18L)
39	3	GAL	TINTA ACRÍLICA PARA PISO COR BRANCA RENDIMENTO DE 250 M². (LATA DE 18L)

## 1.1. PRAZO DE GARANTIA

1.1.1. A Garantia dos bens será de acordo com as condições disponibilizadas pelo fabricante.

1.1.2. Os produtos que possuem prazo de validade deverão ser entregues com validade mínima de 12 meses contados a partir da data do recebimento.



tribunal  
de justiça  
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO  
Diretoria de Obras  
Divisão de Manutenção Predial do Interior

## 2. JUSTIFICATIVA

A aquisição dos materiais constantes do presente termo de referência decorre da necessidade de manutenção para garantir a conservação e conforto das edificações das Unidades Judiciárias atendidas pela Diretoria de Obras. O quantitativo solicitado prevê a demanda durante o período de 12 meses e tem como base as aquisições de material da mesma natureza realizadas no ano de 2016.

## 3. DOS PREÇOS DE REFERÊNCIA

3.1. O custo máximo aceito pela Administração Pública para o objeto do presente Termo de Referência, será apurado pela Divisão de Compras, mediante pesquisas de preços praticados no mercado com empresas do mesmo ramo de atividade, além de outras metodologias afins, a serem aplicadas por aquele setor.

3.2. Nos preços propostos deverão estar inclusos todas as despesas para seu fornecimento, como: transportes, tributos, carregadores, descarte de material usado etc.

## 4. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO

A entrega dos bens será no Centro de Distribuição do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, situado na Av. PL3, esquina com Av. Olinda, Quadra G, Lote 04, Parque Lozandes, Goiânia, Goiás, CEP. 74.884-115. O período para a entrega inicia-se às 08:00 e encerra-se às 17:00, nos dias úteis com sugestão de prévio agendamento.

I – Recebimento provisório:

- a) O objeto deverá ser entregue pela Contratada, rigorosamente conforme descrito no item 1 deste Termo de Referência, dentro do prazo de 30 dias a contar do recebimento da nota de empenho pela empresa vencedora do certame.
- b) A Divisão de Material e Divisão de Patrimônio limitar-se-ão a verificar a conformidade do item com o discriminado na nota fiscal, fazendo constar da mesma a data de recebimento do material e, se for o caso, as irregularidades observadas.

b.1) A simples assinatura do servidor em canhoto da nota fiscal e/ou do conhecimento de transporte implica apenas em **recebimento provisório**.



**tribunal  
de justiça**  
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO  
Diretoria de Obras  
Divisão de Manutenção Predial do Interior

## II – Recebimento Definitivo:

- a) No prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento provisório, o titular da Divisão de Operações Técnicas, ou seu substituto legal, procederá ao recebimento definitivo, verificando a quantidade e a conformidade com as especificações exigidas neste Termo de Referência e com o constante da respectiva proposta de preço da licitante vencedora.
- b) Caso os bens estejam satisfatórios, o servidor atestará a efetivação da entrega do material na nota fiscal e a encaminhará ao setor financeiro para fins de pagamento.

## 5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. Exercer a fiscalização sobre o recebimento dos materiais por meio do Diretor da Divisão de Manutenção Predial do Interior ou por servidor especialmente designado para esse fim, procedendo ao ateste na respectiva nota fiscal, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias.

5.2. Comunicar à contratada qualquer irregularidade identificada no fornecimento do material, solicitando a substituição de mercadoria defeituosa ou que não esteja de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

5.3. Proceder ao pagamento na forma e prazo pactuados.

5.4. Atestar as notas fiscais relativas ao efetivo fornecimento, pelos servidores competentes, conforme Nota de Empenho.

5.5. Notificar, por escrito, a empresa contratada da aplicação de eventuais penalidades, garantindo o contraditório e ampla defesa.

## 6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Assumir inteira responsabilidade pela efetiva entrega do objeto licitado e efetuar-lo de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções deste Termo de Referência, sendo responsável pelo transporte dos materiais, desde o local da embalagem até sua entrega.

6.2. Aceitar todas as decisões, métodos de inspeção, verificação e controle, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e explicações que a contratante julgar necessárias.

6.3. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, sociais, previdenciários e outros decorrentes da contratação.



**tribunal  
de justiça**  
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO  
Diretoria de Obras  
Divisão de Manutenção Predial do Interior

6.4. Recolher aos cofres do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, conforme lhe seja instruído na oportunidade, as importâncias referentes às multas que lhe forem aplicadas ou às indenizações devidas, sob pena de serem descontadas do pagamento de sua fatura.

6.5. Substituir os produtos que apresentarem defeito, inclusive vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprios ao uso a que são destinados, sem nenhuma despesa para a Administração e sem prejuízo das sanções cabíveis.

6.6. Manter todas as condições exigidas no certame licitatório.

## **7. PAGAMENTOS**

7.1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

7.2. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da(s) data(s) da(s) entrega(s) dos materiais, e recebimento da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo setor competente.

7.3. O pagamento de que se trata o subitem anterior só será efetivado se a licitante estiver em situação regular em considerações às exigências legais para contratações públicas.

7.4. O pagamento não será efetuado enquanto a empresa vencedora estiver pendente de liquidação com qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços ou a correção monetária.

7.5. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da nota fiscal/fatura, ou dos documentos exigidos como condição de pagamento por parte da Contratada, importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação do Contratante.

7.6. Todos os custos com impostos, taxas, pedágios, fretes e demais despesas que por ventura ocorrerem serão de responsabilidade da empresa vencedora.

7.7. Caso o pagamento ocorra após o prazo estabelecido, por responsabilidade exclusiva do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, sobre o mesmo incorrerá multa de mora com base no INPC do IBGE, *pro rata temporis*.



**tribunal  
de justiça**  
do estado de goiás

PODER JUDICIÁRIO  
Diretoria de Obras  
Divisão de Manutenção Predial do Interior

## **8. DA FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PEDIDOS**

8.1. Fica designado como gestor do contrato o Diretor da Divisão de Manutenção Predial do Interior – [dmpi@tjgo.jus.br](mailto:dmpi@tjgo.jus.br) – Fone (62) 3236-3400

Goiânia, 20 de fevereiro de 2018.

Eng. José Eduardo Stort Fernandes	Eng. Dalton Foltran de Souza
<b>Divisão de Manutenção Predial do Interior</b>	<b>Diretor da Divisão de Manutenção Predial do Interior</b>

De acordo:

Eng. Luiz Cláudio Dias Ferreira  
**Diretor de Obras**



Tribunal de Justiça do Estado de Goiás

Para validar este documento informe o código 117426611314 no endereço <https://www.tjgo.jus.br/proad/publico/validacaoDocumento>

**JOSE EDUARDO STORT FERNANDES**

ENGENHEIRO

DIVISAO DE MANUTENÇÃO PREDIAL DO INTERIOR

Assinatura CONFIRMADA em 21/02/2018 às 11:24

**LUIZ CLAUDIO DIAS FERREIRA**

DIRETOR DE OBRAS

DIRETORIA DE OBRAS

Assinatura CONFIRMADA em 21/02/2018 às 13:50

**DALTON FOLTRAN DE SOUZA**

ANALISTA JUDICIÁRIO

DIVISAO DE MANUTENÇÃO PREDIAL DO INTERIOR

Assinatura CONFIRMADA em 21/02/2018 às 15:08